

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.484.091 - RN
(2019/0100701-2)**

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
EMBARGANTE : MUNICÍPIO DE NATAL
PROCURADORES : ZÉLIA CRISTIANE MACEDO DELGADO - RN002244
TIAGO CAETANO DE SOUZA - RN000748A
NAIR GOMES DE SOUZA PITOMBEIRA - CE019418
EMBARGADO : URBANO VITALINO ADVOGADOS
ADVOGADOS : URBANO VITALINO DE MELO NETO - PE017700
LUIS JOSÉ MARANHÃO NETO - PE026333
ITANA MOREIRA AMARAL OLIVEIRA - PE034598
LEONARDO ZAGO GERVASIO - RN000583
MAÍRA RIBEIRO DE SANTANA - PE036984

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO N. 3/STJ. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS NO JULGADO. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA JÁ DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Os embargos de declaração possuem a finalidade simples de suprir omissão, esclarecer obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material.
2. A decisão embargada entendeu que não houve impugnação específica da decisão de inadmissibilidade. Assim, a análise das razões recursais revela a pretensão da parte em alterar o resultado do *decisum*, o que é inviável nesta seara recursal.
3. Embargos de declaração rejeitados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos esses autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da SEGUNDA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas, o seguinte resultado de julgamento:

"A Turma, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do(a) Sr(a). Ministro(a)-Relator(a)."

A Sra. Ministra Assusete Magalhães, os Srs. Ministros Herman Benjamin e Og Fernandes votaram com o Sr. Ministro Relator.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro Francisco Falcão.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator